

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.269.880 - SP (2018/0071410-0)**

AGRAVANTE : SABORINA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS  
ALIMENTICIOS EIRELI  
ADVOGADOS : ADLER SCISCI DE CAMARGO - SP292949  
JAILSON SOARES - SP325613  
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : ANA CRISTINA LEITE ARRUDA E OUTRO(S) - SP116218

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por SABORINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

APELAÇÃO – ANULATÓRIA DE CDA – JUROS PREVISTOS NA LEI ESTADUAL Nº 13.918/2009 – Matéria examinada pelo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça no Incidente de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, ficando decidido na ocasião que os juros incidentes sobre os créditos tributários devidos à Fazenda do Estado não podem ser superiores à taxa adotada para atualização dos tributos federais - Aplicação dos juros previstos na Lei Estadual nº 13.918/2009 afastada - Reconhecimento de juros excessivos, que não invalidam o débito CDA válida, que necessita de retificação do valor, com possibilidade de protesto - Atualização do débito fiscal pela taxa Selic - Sentença parcialmente reformada - Recurso parcialmente provido.

Na origem trata-se de ação anulatória de certidão de dívida ativa. O valor da causa, em janeiro de 2016, era de R\$ 92.670,89 (noventa e dois mil, seiscentos e setenta reais e oitenta e nove centavos).

Em sede de sentença, os pedidos foram julgados parcialmente procedentes para declarar a inconstitucionalidade da cobrança dos juros de mora que superarem o índice da taxa SELIC, bem como para determinar o cancelamento do protesto das CDA's, a fim de que os valores dos juros de mora nelas inscritos sejam reduzidos.

O tribunal *a quo* deu parcial provimento à apelação, conforme ementa acima colacionada.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, o recorrente aponta violação aos arts. 141 e 492 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que o tribunal *a quo* realizou julgamento *extra petita* ao analisar a possibilidade de protesto da CDA, uma vez que a

apelação impugnou apenas o capítulo de sentença relativo à declaração de inconstitucionalidade dos juros de mora.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido sob o argumento de que o tribunal *a quo* não desrespeitou a legislação tida por violada.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Sobre a alegada violação aos arts. 141 e 492 do CPC/2015, verifica-se que, além de o acórdão recorrido não ter analisado o conteúdo dos dispositivos legais, os embargos de declaração opostos não suscitaram o debate da matéria, nem pleitearam a análise dos referidos artigos de lei. Na ocasião, o recorrente tão somente pleiteou a manifestação sobre outros dispositivos legais (art. 3º da Lei 6.830/80 e art. 170 da Constituição Federal), sequer mencionados no recurso especial em análise.

Assim, carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF, *in verbis*:

Súmula 282: É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356. O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Não constando do acórdão recorrido análise sobre a matéria referida nos dispositivos legais indicados no recurso especial (arts. 141 e 492 do CPC/2015), restava ao recorrente pleitear seu exame por meio de embargos de declaração, a fim de buscar o suprimento da suposta omissão e provocar o prequestionamento, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

